

2º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA AGENTES
UNIVERSITÁRIOS -2015

ADVOGADO

Candidato:	inscrição - nome do candidato	
Curso:	código - nome / turno - cidade	
Local de Prova:	nome do local de prova	
Cidade de Prova:	município de prova	
Sala de Prova:	numero	Carteira de Prova: número
Assinatura do(a) candidato (a): _____		

Observações

- 1. CADERNO DE PROVAS:** Este caderno contém a prova de **ADVOGADO**, que é constituída de **TRINTA (30)** questões objetivas; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta.
- 2.** Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as **30** questões que deve conter.
- 3. CARTÃO DE RESPOSTAS:** Verifique se as informações que constam no seu cartão resposta estão corretas. Se os dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Oportunamente, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.
- 4. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:** Verifique seus dados impressos nesta folha. Use caneta esferográfica **PRETA** para preencher **TODO** o quadrículo (a marcação indevida anula a resposta dada na questão). Entregue o cartão-resposta **ASSINADO** no local indicado. Não amasse, não dobre e não suje o cartão-resposta, sob pena do não-reconhecimento das respostas pelos equipamentos de leitura.
- 5. PERMANÊNCIA NA SALA:** É vedado sair da sala de provas antes das **10:00** horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às **12:30** horas, impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.
- 6. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO:** Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas. Pode, contudo, levar consigo o caderno de provas.
- 7. DECLARO TER RECEBIDO O CARTÃO DE RESPOSTAS REFERENTE À INSCRIÇÃO ACIMA.**

NOME DO FISCAL

ASSINATURA DO FISCAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Brasil ainda gasta pouco com saúde, afirmam especialistas

“Diferentemente dos países europeus, que tiveram mais tempo para se adequar, estamos assistindo a um envelhecimento muito rápido da população.” A transição demográfica, afirmou nesta segunda (31) o diretor-presidente da *Anvisa*, Jarbas Barbosa, determina a necessidade da adaptação do sistema de saúde brasileiro, para prevenir e tratar doenças ligadas ao envelhecimento.

Barbosa participou da primeira mesa do Fórum Tecnologia e Acesso à Saúde, ao lado de José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde e diretor-executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde/Isag, e de Marcos Boscolo, sócio da KPMG e Líder Healthcare, sobre as dificuldades do acesso à saúde e como soluções tecnológicas podem ajudar a superá-las. O debate foi mediado por Cláudia Colucci, repórter especial da *Folha*.

Para o diretor da Anvisa, há uma impressão falsa no país de que se gasta o suficiente em saúde. No entanto, disse ele, dos 9,7% dos gastos em saúde em relação ao PIB, apenas 4,7% corresponde ao gasto público.

“Nenhum país que tenha um sistema universal de saúde tem um percentual igualmente baixo”. Os países europeus têm um gasto aproximadamente 7, 8 vezes maior por habitante que o Brasil.

José Gomes Temporão cita como preocupante para todo o funcionamento do sistema de saúde o estudo divulgado pelo IBGE em 21 de agosto, segundo o qual 60% da população brasileira está acima do peso. “Estamos nos aproximando velozmente do padrão americano e isso aumenta consideravelmente os custos do sistema”. Para o ex-ministro, falta legislação que ajude a intimidar o consumo de itens que contribuem para esse quadro. “[O Congresso] É incapaz de regular a propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis.”

Temporão afirma haver confusão entre tecnologias de última geração e assistência médica. O acesso a direitos estaria subordinado a desejos da “indústria da saúde”.

Para o ex-ministro, os avanços tecnológicos geralmente beneficiam “apenas umas casta de cidadãos”. Segundo ele, o Brasil seria uma rara exceção em que a ampliação da tecnologia se deu de forma mais igualitária, graças ao SUS.

“Deveríamos estimular o reconhecimento do sistema público de saúde como um patrimônio fundamental para a justiça social e a democracia brasileira, como parte do processo civilizatório e que deve ser fortalecido”.

SMARTPHONES

Último a falar, Marcos Boscolo sugeriu que o acesso à tecnologia deve partir do “empoderamento das pessoas na gestão da saúde”. Isso seria, por exemplo, permitir às pessoas monitorar sua saúde a partir de smartphones e indicadores objetivos. Esses indicadores viriam dos hospitais, que deveriam contar com bancos de dados para mapear o perfil da população e gerir o sistema.

Boscolo em seguida apontou a desigualdade regional brasileira como um problema grave para o sistema de saúde. Enquanto 44% da população paulista tem um plano de saúde privado, o percentual em alguns estados do Norte e do Nordeste é de 7%. Além do mais, os profissionais da saúde deixam essas regiões para se estabelecer nos grandes centros, criando um problema de falta de mão-de-obra qualificada.

Para Temporão, “é inviável um sistema em que as pessoas buscam um especialista sem passar por um generalista”, como ocorre na Inglaterra e no Canadá, países que inspiraram o modelo do SUS.

“Ainda não utilizamos adequadamente tecnologias disponíveis há algumas décadas”, disse Barbosa, da Anvisa. Melhorar a formação do profissional de saúde, integrar os serviços e rever parte da regulação do sistema seriam os passos para superar o problema, segundo ele.

(Philippe Scerb - colaboração para a Folha de São Paulo, visualizado em 31 de agosto de 2015.)

1. Qual a relação, produzida no texto, entre a saúde e o uso das tecnologias?

A.	Segundo o texto, não usamos as tecnologias como deveríamos.
B.	Não há relação entre a saúde e o uso das tecnologias, segundo o texto.
C.	A relação se baseia num uso narcisista dos smartphones pela população.
D.	Sobretudo, a relação entre um automonitoramento com o auxílio dos smartphones.
E.	A relação estaria num uso específico de redes wi-fi para o monitoramento da saúde dos pacientes.

2. Em: “Estamos assistindo a um envelhecimento muito rápido da população” significa, segundo o texto, que	
A.	alguma doença está afetando a população a ponto de jovens aparentarem mais idade do que têm.
B.	os jovens estão ficando velhos cada vez mais cedo em virtude da falta de planejamento individual.
C.	o envelhecimento da população está ligado à publicidade que promove à ingestão de álcool e de alimentos inadequados.
D.	diferentemente da Europa, os nossos jovens se envolvem com álcool e drogas muito cedo e isso produz um envelhecimento acelerado.
E.	a população brasileira tem uma maior expectativa de vida e isso produz uma população mais velha sem que se tenha um sistema de saúde eficiente.

3. Segundo um dos palestrantes, só NÃO é possível apontar como um dos grandes problemas para o sistema de saúde:	
A.	Os baixos salários dos profissionais da área de saúde nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo.
B.	Os profissionais da saúde deixam as regiões Norte e Nordeste para se estabelecer nos grandes centros.
C.	A falta de mão-de-obra qualificada em certas regiões por conta de migração dos profissionais de saúde para os grandes centros.
D.	O grande fosso de desigualdades entre algumas regiões do país, sobretudo entre o Sul e o Sudeste, de um lado, e o Norte e Nordeste, do outro.
E.	Enquanto 44% da população paulista tem um plano de saúde privado, o percentual em alguns estados do Norte e do Nordeste não atinge 10%.

4. Em “A propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis”, o ex-ministro refere-se	
A.	às propagandas de cerveja cuja exploração do corpo feminino é imoral e as propagandas de alimentos infantis cujo controle não é realizado adequadamente.
B.	às grandes quantidades de propagandas de cerveja que estimulam o seu consumo e as propagandas de alimentos infantis naturais.
C.	às propagandas que exploram as crianças sem se responsabilizarem pelo excesso de trabalho a que são submetidas e ao excesso de propagandas de bebidas alcoólicas.
D.	às propagandas de alimentos infantis que estimulam o consumo de açúcar, por exemplo, sem uma indicação específica e a às propagandas de cerveja cujas imagens são imorais.
E.	às propagandas de alimentos infantis que veiculam seus produtos sem preocupação com a qualidade dos alimentos e ao excesso de propagandas de bebidas que estimulam o consumo.

5. Em “Para o ex-ministro, os avanços tecnológicos geralmente beneficiam “apenas umas casta de cidadãos””. A expressão “ex-ministro” refere-se a	
A.	Jarbas Barbosa.
B.	Philippe Scerb.
C.	Cláudia Colucci.
D.	Marcos Boscolo.
E.	José Gomes Temporão.

MATEMÁTICA

6. Uma construtora vendeu 6 apartamentos pelos preços apresentados no quadro abaixo. Com base nas informações do quadro é correto afirmar que o preço médio foi

Apartamento	Valor
1	R\$ 100.000,00
2	R\$ 100.000,00
3	R\$ 120.000,00
4	R\$ 130.000,00
5	R\$ 150.000,00
6	R\$ 210.000,00

A. R\$ 100.000,00.

B. R\$ 125.000,00.

C. R\$ 135.000,00.

D. R\$ 155.000,00.

E. R\$ 175.000,00.

7. Sabe-se que em determinada cidade, com população de 330.000 habitantes, 11% da população tem mais de 65 anos. Assim é correto afirmar que esta porcentagem corresponde a

A. 36.200.

B. 36.300.

C. 36.400.

D. 36.500.

E. 36.600.

8. É correto afirmar que a solução da equação $3x+5=8$ é

A. -1 .

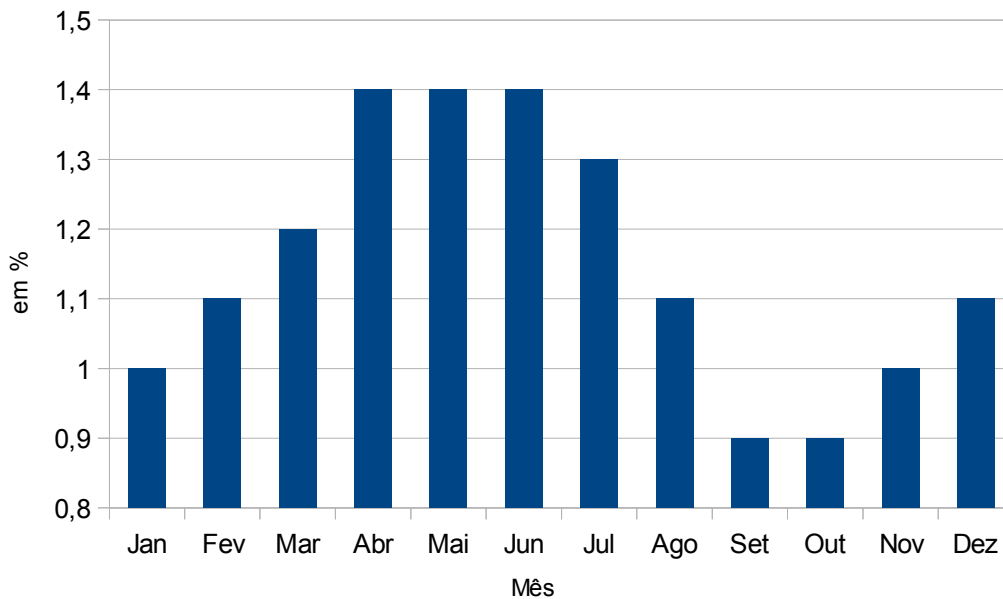
B. 0 .

C. 1 .

D. 2 .

E. 3 .

9. O gráfico abaixo apresenta a inflação mensal de determinado país no período de um ano. Com base nas informações do gráfico é correto afirmar que



A.	No período o índice mais alto foi 1,5 %.
B.	De janeiro à março a inflação não aumentou.
C.	No período o índice mais baixo foi 1 %.
D.	Os índices registrados em setembro e outubro foram iguais.
E.	O índice registrado em agosto foi de 1,2 %.

10. A função $f(x)=2,5x$ representa o consumo de água acumulado $f(x)$, de uma residência, durante os x primeiros dias de um mês. Aqui $f(x)$ é medido em metros cúbicos. Assim é correto afirmar que em 12 dias o consumo acumulado, em metros cúbicos, desta residência é

A.	5.
B.	12.
C.	24.
D.	25.
E.	30.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ADVOGADO

11. O poder administrativo dos quais requisitos ou pressupostos de exercício regular têm previsão legal específica, inclusive quando exercitado em atividade que a lei tenha como discricionária, é o

A.	poder regulamentador.
B.	poder vinculado.
C.	poder disciplinar.
D.	poder de polícia.
E.	poder hierárquico

12. Segundo artigo 41 da CF/88, são estáveis os servidores que	
A.	após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
B.	após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
C.	após dois nomeados em cargo comissionado e 1 ano de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
D.	após três anos de contrato temporário e com 2 anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
E.	após três anos de cargo comissionado junto a administração pública municipal.

13. O servidor público estável só perderá o cargo	
A.	em virtude de sentença em juizado especial criminal.
B.	mediante processo administrativo sem que lhe seja assegurada ampla defesa.
C.	mediante aprovação em avaliação de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
D.	por decisão que extinguiu o cargo ou declarar sua desnecessidade.
E.	em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

14. Segundo disposto na legislação vigente, assinale a alternativa correta.	
A.	Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.
B.	É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, independentemente de compatibilidade de horários.
C.	Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
D.	É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários.
E.	Quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável terá direito a indenização proporcional ao tempo de serviço.

15. O ato administrativo que consubstancia específica lesão à moralidade administrativa é, doutrinária e jurisprudencialmente, o praticado em benefício próprio ou de terceiros e, assim, eivado de vício legalmente conceituado como	
A.	vício de forma.
B.	ilegalidade do objeto.
C.	desvio de finalidade.
D.	inexistência dos motivos
E.	incompetência.

16. Considerando a Lei de Licitação (8.666/93), esta confere à Administração	
A.	o dever de indenizar o contratado inadimplente com entrega no o prazo pactuado.
B.	a possibilidade de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
C.	a possibilidade de declaração de nulidade do contrato administrativo porém de forma não retroativa.
D.	a possibilidade de contratação verbal com empresas do setor público.
E.	a vedação de firmar o contrato com prazo determinado.

17. De acordo com a Lei de Licitação (8.666/93), pode a administração pública contratar de forma direta por inexigibilidade de licitação quando	
A.	serviços de publicidade, considerando a especialização do contratado.
B.	para aquisição de bens produzidos por um único fabricante de marca de preferência da Administração.
C.	contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica ou opinião pública.
D.	aquisição de obras de arte ou venda de bens adjudicados em processo judicial.
E.	contratação de profissional de notória especialização, dispensando-se, nesse caso, a comprovação da singularidade do objeto.

18. Com relação as Autarquias na administração pública brasileira, é correto afirmar que	
A.	não possuem capacidade de auto-organização.
B.	possuem autonomia política, e podem ser destituídas por decreto.
C.	são pessoas jurídicas de direito privado criadas pelo Estado.
D.	não podem possuir autonomia financeira, nem mesmo patrimônio próprio.
E.	não podem deter autonomia financeira e nem controle do poder político.

19. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios	
A.	legalidade, impessoalidade, moralidade, indisponibilidade e eficiência.
B.	os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
C.	a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
D.	as nomeações para cargo em comissão declarado em lei são de livre nomeação e exoneração, exceto para o cargo de fiscal tributário.
E.	E. os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros somente com autorização do país de origem.

20. Com relação a servidão predial, é INCORRETO afirma que	
A.	servidões prediais são as restrições às faculdades de uso e gozo que sofre a propriedade em benefício de alguém.
B.	não se extingue pelo falecimento do dono do prédio dominante ou do prédio serviente.
C.	têm por objetivo precípua proporcionar uma aparência mais bela ao imóvel.
D.	não se extingue pela confusão.
E.	extingue-se pela constituição de hipoteca sobre o prédio serviente.

21. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o agravo de instrumento terá a sua petição instruída obrigatoriamente com cópias da	
A.	decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, da petição inicial, contestação e da procuração outorgada ao advogado do agravante, apenas.
B.	decisão agravada e da certidão da respectiva intimação, apenas.
C.	decisão agravada, da petição inicial, contestação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
D.	decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
E.	certidão da respectiva intimação, da petição inicial, contestação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

22. Quanto ao recurso embargos infringentes, é correto afirmar que o/a	
A.	recurso cabível quando o julgado proferido em apelação e ação rescisória não for unânime.
B.	prazo é de 10 (dez) dias a contar da publicação do acórdão no órgão oficial.
C.	pode questionar qualquer matéria ou objeto da demanda proposta.
D.	análise de admissibilidade do recurso e julgamento é feita pelo mesmo relator.
E.	recurso cabível das sentenças ou acórdãos que contenham obscuridade, dúvida ou contradição.

23. Sobre sentença e coisa julgada, assinale a afirmativa correta.	
A.	Ultrapassado o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória, a sentença proferida por juízo incompetente não mais poderá ser alterada e seguirá produzindo seus efeitos normalmente.
B.	A coisa soberanamente julgada ocorre após transcurso do prazo decadencial para propositura da ação rescisória.
C.	A decisão que homologa um acordo entre as partes tem natureza jurídica de sentença terminativa, ensejando a extinção do feito sem resolução do mérito.
D.	A decisão que indefere a inicial em razão do reconhecimento da preempção, litispendência ou prescrição faz coisa julgada material e formal.
E.	A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito, não impede a repositura de ação idêntica.

24. Segundo a legislação do direito do trabalho, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho, e para seu retorno	
A.	deve ser considerado como tempo efetivamente trabalhado, limitado a 1 (uma) hora diária.
B.	é computado como tempo efetivamente trabalhado, se o local de trabalho for de difícil acesso ou não servido por transporte público, e o empregador fornecer a condução.
C.	é computado como tempo efetivamente trabalhado, se a condução for do empregador, independentemente do local onde fica a empresa.
D.	é computado como tempo efetivamente trabalhado, somente quando o empregado utiliza transporte público para chegar ao local de trabalho.
E.	não é computado como tempo de jornada de trabalho.

25. Segundo o direito do trabalho quando a atividade do empregado é, simultaneamente, insalubre e perigosa, o adicional devido será o	
A.	de maior valor.
B.	escolhido pelo empregado.
C.	escolhido pelo empregador.
D.	da atividade preponderante.
E.	de periculosidade, sempre.

ESTATUTO E REGIMENTO DA UNIOESTE

26. A UNIOESTE é constituída por campi que se organizam por áreas de conhecimento, articuladas através de unidades denominadas centros. Compõe a estrutura da Universidade os campi de	
A.	Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.
B.	Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo.
C.	Foz do Iguaçu, Cascavel e Francisco Beltrão.
D.	Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.
E.	Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Toledo.

27. O Reitor e o Vice-Reitor são escolhidos, compondo a mesma chapa, através de consulta a comunidade acadêmica, para mandato de	
A.	cinco anos.
B.	dois anos.
C.	três anos.
D.	oito anos.
E.	quatro anos.

28. A Administração Superior da Unioeste tem, como órgão máximo normativo e deliberativo,	
A.	a Reitoria
B.	o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
C.	o Conselho de Campus.
D.	o Conselho Universitário.
E.	o Conselho de Centro.

29. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Considera-se criança e adolescente, respectivamente, para os efeitos desta lei,

A.	até doze anos de idade incompletos, e entre doze e dezoito anos de idade.
B.	até doze anos.
C.	de doze até dezoito anos de idade.
D.	até 21 anos.
E.	entre doze e vinte e um anos de idade.

30. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, Art. 54, § 3º, a responsabilidade de recensear os alunos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar pela frequência compete a/o

A.	escola.
B.	família.
C.	professor.
D.	poder público.
E.	conselho tutelar.